

O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional¹

Yolanda Guerra
yguerra1@terra.com.br

Resumo

Tem se constituído um desafio para a categoria profissional a definição de procedimentos que permitam a passagem da compreensão das mediações que compõe a sociedade para o das problemáticas que se colocam no mercado de trabalho, e, dialeticamente, da intervenção profissional nas demandas imediatas do cotidiano para o conhecimento e a (re) construção das mesmas. A questão é: por que meios e/ou mediações torna-se possível ao assistente social objetivar suas intenções em ações profissionais qualificadas técnica e politicamente?

O texto que ora se apresenta pretende indicar o âmbito da possibilidade e da efetividade do projeto profissional crítico para o exercício profissional não apenas competente, mas comprometido com o enfrentamento da barbárie do capitalismo.

Palavras chave: projeto profissional crítico; possibilidade; efetividade.

Introdução

A conjuntura atual coloca desafios mais complexos ao mundo do trabalho. O assistente social como trabalhador só se realiza quando sua força de trabalho é vendida no mercado através de determinadas condições e relações de trabalho, meios e mediações² tais como: um contrato (formal ou informal) que define as bases

1 Artigo publicado na Revista Serviço Social e Sociedade n. 91. São Paulo, Cortez, 2007.

2 Na a abordagem que fazemos, mediação não significa uma prática de solução de conflitos, uma intermediação entre partes em litígio em relação à família, à escola e à comunidade, etc, como tem sido utilizado por muitos autores, a exemplo de TOMMASO (1997) e SUARES (1996), mas uma categoria ontológica, melhor dizendo, um modo de ser da realidade social, já que o real é constitutivo e constituinte de mediações. Elas se localizam no âmbito do particular. Diz LUKÁCS (1968) que o particular é um inteiro campo de mediações. As mediações fazem parte do real, entretencem a realidade. São os elementos particulares que fazem com que os processo e praticas sociais e profissionais sejam eles mesmos. As mediações são sistemas, campos ou dimensões, aspectos, totalidades parciais da realidade que se articulam entre si e com outros. Ao percebê-las na sua articulação podemos captar a natureza, o sentido, a direção, a aparência e a essência dos processos

nas quais se dará o exercício profissional do assistente social (em termos de: jornada de trabalho, funções, atribuições, etc), além de normas, rotinas, enfim, pela legislação trabalhista vigente. Estas definem um tipo de relação que se estabelece entre o profissional e a instituição bem como determina as atividades/ projetos para os quais é contratado, limita a sua autonomia que será sempre relativa ao contexto sócio-histórico e à capacidade estratégica do profissional.

As transformações operadas nos países capitalistas dos últimos 30 anos, oriundas da crise estrutural do capital, produzem alterações no mundo do trabalho as quais se traduzem nas particularidades históricas do Serviço Social, redimensionando as políticas sociais como espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, decorrentes de novas e mais complexas relações entre Estado e sociedade civil, donde deriva um novo padrão de enfrentamento da questão social (Cf. MONTAÑO, 2002) caracterizado por medidas focais e paliativas de combate à pobreza, pelo estabelecimento de redes de proteção social, pelo crescimento do Terceiro Setor e de práticas voluntárias e voluntaristas, tais como a proposta atual da economia solidária e o cooperativismo. Este contexto, marcado pelo exaurimento do projeto societário que se contrapôs historicamente ao capitalismo³, vem forjando novas formas de sociabilidade e tendências de interpretar o capitalismo como o último e único modo de vida em sociedade. Aqui passam a figurar tanto perspectivas que defendem fervorosamente o capitalismo quanto aquelas que reivindicam a sua suposta “humanização”.

O aumento do desemprego, do subemprego, da precarização do trabalho, as novas formas de contratação: por tempo determinado, por projeto, por hora, por tempo parcial, e outras, incidem na qualidade das demandas - engendradas por interesses diferentes e/ou divergentes: de segmentos da classe dominante, dos usuários, das instituições, da profissão - que por meio de muitas mediações chegam ao profissional e lhes exige novas competências e qualidade na intervenção profissional.

Mediado pela *lógica do mercado*, o exercício profissional sofre um redimensionamento pelas alterações ocorridas na esfera dos serviços sociais e nas demandas. No que se refere às mudanças nos serviços, a estes é incorporada a lógica da produção capitalista alterando suas condições e relações de trabalho e formas de sociabilidade. Aqui passam a operar mediações até então concebidas como estranhas ao universo profissional considerado como o de prestação de serviços vinculado à proteção social, e o assistente social, equivocadamente, reconhecido como um profissional liberal.

Nas condições e relações atuais do exercício profissional um conjunto de mediações conforma este processo: a ameaça ao desemprego, o achatamento salarial, a precarização das condições de trabalho, o aprofundamento do processo de pauperização, a mudança nos parâmetros legais e institucionais que orientam as relações de trabalho, o precário contrato de trabalho, (que estabelece o status

sociais historicamente constituídos. Na seqüência, esta compreensão da mediação será largamente utilizada.

³ Nunca é demais notar o desastre para a classe trabalhadora que se configura com a queda do Muro de Berlim marcada pelo fim do socialismo real.

profissional, as metas de produtividade, os salários, a jornada de trabalho e define o perfil profissional, suas funções e atribuições), a desespecialização/desprofissionalização⁴, a alienação no/do trabalho⁵. A lógica mercadológica que perpassa os serviços sociais, junto com as políticas sociais, passa a se constituir a própria racionalidade que orienta o exercício profissional, configurando concepções de eficácia, eficiência, produtividade, competência, de acordo com as exigências do mundo burguês para a acumulação/valorização do capital. Na análise destas condições depreende-se que há uma interferência da lógica do capital na forma, no *modus operandi*, no conteúdo e no resultado do exercício profissional que se limita, em muitos casos, ao cumprimento de rotinas burocráticas e de metas institucionais, influenciando nas funções, qualidade e competência do trabalho profissional, estabelecendo normas específicas e, até mesmo, à luz da lógica mercadológica, define-se as necessidades de capacitação, o ritmo e a intensidade do trabalho e os recursos (técnicos, financeiros, institucionais) que se dispõe à realização das ações profissionais.

No capitalismo monopolista, face ao padrão de produção atual denominado por alguns autores de flexível⁶, acirra-se a luta de classes, mas também a luta intra-classes, a fragmentação, a competitividade, o individualismo, a razão instrumental que opera uma ruptura entre fins e meios, estimulando saídas individualistas e o salve-se quem puder. Não é demasiado dizer que essa lógica acirra a fragmentação das classes e entre segmentos profissionais, dentre os quais os assistentes sociais.

Diante de tais desafios, o que significa para uma profissão social se orientar por um projeto profissional crítico?

Em princípio podemos dizer que significa uma *possibilidade* (o que não quer dizer efetividade) de os profissionais tomarem consciência dos fundamentos (objetivos e subjetivos) sobre os quais a prática profissional se desenvolve, porque os projetos profissionais se organizam em torno de um conjunto de conhecimentos teóricos e de saberes interventivos, de valores, princípios e diretrizes éticas e políticas, de orientações sobre o perfil de profissional que se deseja formar e de diretrizes para tal, compõem-se de orientações sobre as bases normativas e valorativas pelas quais a profissão se relaciona internamente e com a sociedade, um conjunto de referências metodológicas para a intervenção, posturas e modos de operar construídos e legitimados pela categoria profissional, cujos conteúdos objetivem a crítica da sociedade capitalista.

Historicamente a profissão vem sendo orientada por visões de homem e mundo, por ideologias, por formas de agir, sancionadas pelo modo de produção/reprodução capitalista ou que visam a uma crítica a ele, ou seja, por

4 Ainda pouco discutida no âmbito do pensamento crítico, esta tendência já se mostra bastante desenvolvida no contexto do “novo” perfil de profissional requerido pelo mercado de trabalho (órgãos estatais, ONG’s, instituições sociais). Um exemplo na área da saúde é a conversão da prestação de serviço em “cuidado” e o profissional – independente da sua especialização - em “pessoas que cuidam” (ou cuidadores).

5 No que se refere ao produto do seu trabalho, ao processo, à sua condição de sujeito e frente aos demais trabalhadores, haja vista que, ao não se reconhecer como sujeito da ação, o trabalhador também não reconhece como tal os seus iguais.

6 Cf. HARVEY, 1994: 184 e ss, dentre outros

projetos profissionais que tem uma vinculação com projetos coletivos conservadores ou progressistas, tenham disto consciência ou não os seus protagonistas.

Para uma profissão ser orientada por um projeto profissional crítico significa, ainda, a possibilidade de construção permanente de perfis profissionais, dentre eles o do profissional que conhece suas competências e imprime qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente, visando a defesa permanente dos direitos sociais e humanos, considerados como conquista da humanidade, herança das lutas dos movimentos sociais e trabalhistas progressistas, de modo a superar a histórica vinculação da profissão com o conservadorismo .

Ser orientada por projetos progressistas, por sua vez, significa para a profissão a adoção de estratégias sócio-políticas e profissionais para somar-se à luta mais ampla dos trabalhadores em oposição aos ajustes neoliberais e à barbárie capitalista, que se disponha ao enfrentamento das condições atuais a que nos referimos linhas atrás.

Com isso evidencia-se que *a formulação de um projeto profissional crítico à sociedade burguesa é uma demanda dos segmentos da sociedade que recebem os serviços prestados pelo assistente social e não apenas uma condição de grupos ou do coletivo profissional.*

No momento atual, o projeto neoliberal, que é o projeto do grande capital, o qual almeja suprimir tudo o que limita o livre desenvolvimento/valorização do capitalismo, tem sido a proposta que sustenta os processos de privatização e mercantilização da vida social no capitalismo tardio. Para tanto, o neoliberalismo tem investido no enfraquecimento dos movimentos sociais, trabalhistas, sindicais, de modo que sua ascensão vem em razão direta à regressão e fragilidade das formas de organização dos trabalhadores via sindicatos, partidos e outras instituições democráticas.

Por isso, a nosso juízo, temos que construir estratégias que visem dar uma certa homogeneidade aos valores e posturas profissionais através da construção de projetos que nos indique: O que fazer?; Com que meios e estratégias; Quando, Para onde e Com quem avançar (mas também, se necessário, quando recuar) e quais medidas podem ser desenvolvidas no interior da profissão visando uma atuação mais crítica, qualificada e vinculada aos movimentos sociais em busca de alianças na construção das condições capazes de instituir uma cultura democrática e de respeito aos direitos historicamente conquistados pelas classes excluídas do acesso à riqueza socialmente produzida.

Para tanto há que se esclarecer: O que são projetos profissionais? Qual seu alcance, possibilidades e limites? De que servem e de que elementos eles se servem (princípios, posturas, valores, procedimentos operativos). Em que medida podem contribuir como estratégia de enfrentamento das seqüelas deixadas pelas relações sociais capitalista? Como realizar o projeto profissional no cotidiano da intervenção?

Ainda que se considere a pertinência e relevância das questões enunciadas e a necessidade de respondê-las, consideramos que a pergunta central a que os fundamentos de um projeto profissional crítico deva responder é: *Qual a diferença*

na intervenção de um profissional que tem clareza do seu projeto profissional daquele que não a tem? No que difere a prática dos profissionais que se apóiam em um projeto profissional crítico - que tem a clara intenção de romper com o conservadorismo das práticas profissionais e da sociabilidade burguesa - daqueles profissionais que desconhecem que estão sendo norteados por projetos profissionais necessariamente vinculados a projetos de sociedade?

Estas preocupações nos convocam às reflexões que se seguem.

1. Projeto profissional: componentes técnicos, teórico-metodológicos, éticos e políticos

Foi dito que o projeto profissional, dentre outros componentes, formula um conjunto de referências técnicas, teóricas, éticas e políticas para o exercício profissional (Cf. NETTO, 1999). Estes elementos, a nosso ver, se constituem em mediações privilegiadas capazes de diferenciar a prática profissional de práticas realizadas por leigos, já que permitem qualificar e enriquecer o exercício profissional, tornando-o consciente para seus agentes.

Trataremos desta questão a partir de dois pontos que se articulam entre si.

O primeiro é em relação à qualidade e qualificação profissional para realizar as atribuições e competências que social e historicamente lhe são delegadas. Ora, mesmo tendo diferenças e/ou divergências entre projetos de formação profissional e quanto ao perfil de profissional que se quer formar, quanto aos níveis e padrões de qualidade das diversas instituições e cursos de Serviço Social, há um conjunto de elementos socialmente reconhecidos que indicam a eficácia e a competência do exercício profissional dos assistentes sociais. Por mais variada que seja a sua demanda, a sociedade sabe bem o que espera do assistente social. A profissão já construiu um reconhecimento social, mas também encontra-se permanentemente permeada pelas demandas democráticas da sociedade, obtidas nas áreas da assistência social, da infância, da saúde, do idoso, da previdência social e outras. Em que pese o fato de estas conquistas serem expressão das lutas da classe trabalhadora, elas são também tributárias da luta da categoria coletivamente organizada que direta e indiretamente (através de suas entidades representativas) foram às ruas clamar por justiça, somando-se aos diversos segmentos da classe trabalhadora e dos segmentos vulnerabilizados⁷. A historicidade da profissão foi construída entre formas conservadoras e progressistas. Isto lhe dá uma determinada representação social e ainda que a intervenção profissional possa, equivocadamente, ser considerada como uma tecnificação/racionalização das práticas de assistência ou uma ação de ajuda aos carentes, a imagem da profissão também tem sido vinculada ao profissional que defende a justiça e a equidade, a

⁷ Penso na participação dos assistentes sociais em diversos momentos da vida nacional, lutando pelas Diretas Já, atuando nos movimentos sociais da década de 80, mas também através de seus representantes na Assembléia Constituinte, a luta por dar à Assistência Social status de política social e pela sua normatização através da Lei Orgânica da Assistência, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso, na implantação dos Conselhos de Direitos, dentre outros.

democracia, as políticas públicas e os direitos sociais. Tais conquistas não são individuais, mas coletivas e fizeram parte de uma agenda programática na qual foram estabelecidos objetivos profissionais que se internalizam num projeto de uma “nova” sociedade. O que pretendemos mostrar com isso é que a prática profissional que não se diferencia de ações de leigos, filantropos e voluntários ainda permanece na intervenção profissional muito mais pela ausência de um claro referencial teórico-metodológico e ético-político crítico, ausência esta que limita a sociedade e o assistentes social a perceberem que *na sua condição de assalariado* encontram-se as premissas reais que diferenciam a prática profissional de intervenções assistencialistas, assistemáticas e filantrópicas.

O segundo ponto é que, não obstante aos avanços da profissão, na ausência de um projeto profissional crítico que vise romper com o tradicionalismo das práticas profissionais, ficam muito limitadas as possibilidades de diferenciação entre o exercício profissional e a prática filantrópica, assistencialista, voluntarista. Neste caso, como diz NETTO (1992), a profissionalidade do Serviço Social não se traduz operacionalmente, ou seja, o que fazemos nem sempre se revela como produto do conjunto de determinações tais como: da ação e reflexão de uma teoria, dos princípios valorativos, da articulação consciente de meios visando a fins determinados e de escolhas técnico-profissionais. Ao contrário, o que fazemos fica na aparência de uma profissão cuja intervenção restringe-se apenas ao âmbito do imediato, do empírico, de alteração de variáveis empíricas, já que não há, *à primeira vista*, uma diferenciação operatória, não há mudança substantiva entre o exercício profissional e as práticas assistenciais, volutaristas, desenvolvidas por leigos e por ações voluntárias.

Ora, a utilização de procedimentos burocrático-administrativos a partir de modelos oriundos da lógica formal e abstrata para atender a uma heterogeneidade de situações direta e imediatamente vinculadas no plano da formalidade institucional, a utilização de procedimentos pré-determinados, *leva o profissional a circunscrever sua prática à da vida e dos limites institucionais*. Neste âmbito, a competência profissional fica restrita ao atendimento das demandas institucionais e a intervenção profissional se identifica à adoção de procedimentos formais, legais e burocráticos.

Destes procedimentos limitadores (porque formais, legais e burocráticos) do exercício profissional decorre a (falsa) imagem social da profissão confundida com a ação social prestada por leigos de “boa vontade” que, em alguns casos, se confundem com assistentes sociais, que realizam atividades pouco específicas, mas que atendem às demandas da instituição (pública ou privada) as quais são identificadas com as do Serviço Social.

No âmbito desta problematização, reivindicamos a construção de projetos profissionais que nos permitam fazer a “crítica ontológica do cotidiano”, de modo que, através deles possamos tornar nossa prática profissional consciente, uma vez que, segundo HELLER, “as idéias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo como a atividade cotidiana não é práxis. A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando é atividade humano-genérica *consciente* (...)” (1989: 31-32 – grifo meu- YG).

Faz-se então necessário ao profissional que, pela via do conhecimento teórico, da escolha consciente por valores universais, da direção política que atribui à sua prática, e de uma postura renovada e qualificada, transcenda a mera cotidianidade para alcançar o patamar do exercício crítico, competente e comprometido. Para tanto, os projetos profissionais críticos se constituem na mediação privilegiada do exercício profissional competente e comprometido.

2. A crítica do cotidiano e as mediações do projeto profissional

O cotidiano é o lugar onde a reprodução social se realiza através da reprodução dos indivíduos (NETTO, 1987), por isso um espaço ineliminável e insuprimível, no qual configuram-se três características:

1. diferencialidade: o sujeito dirige totalmente sua atenção para demandas muito diferentes entre si, no intuito de responder a elas. Por serem demandas de naturezas diversas elas ocupam integralmente a atenção dos sujeitos;
2. imediaticidade: as ações desencadeadas na vida cotidiana tendem a responder, fundamentalmente, às demandas imediatas da reprodução social dos sujeitos;
3. superficialidade extensiva: considerando que as demandas do cotidiano são extensivas, amplas, difusas, diferenciadas e imediatas, os sujeitos acabam por encaminhá-las de maneira superficial, dado que a prioridade da vida cotidiana está em responder aos fenômenos na sua extensividade e não na sua intensividade.

Na vida cotidiana os homens atuam como singularidades, visando aos fins individuais de sobrevivência. Ela porta a tendência de ser um espaço de alienação e manipulação⁸, posto que nela os homens agem a partir de interesses singulares e de maneira espontânea.

Mas os homens singulares se vinculam a outros seres do mesmo gênero através de várias instâncias, sendo a moral uma instância privilegiada. Porém, quando os sujeitos singulares agem apenas com motivação moral incorrem no voluntarismo ou no moralismo, os quais podem levá-los a um sentimento de onipotência e/ou de resignação.

Por isso, faz-se necessário recorrer a outras instâncias de objetivação, pelas quais os homens se constituem como seres sociais⁹ e constroem a sua essência. Instâncias estas que lhes permitem estabelecer vínculos com outros homens, ascendendo ao patamar do gênero humano.

Se a vida cotidiana é o âmbito da individualidade, locus no qual os homens reproduzem sua individualidade, sua reprodução individual é a mediação necessária à reprodução da sociedade (HELLER, 1989). Mas, através de quais meios e em que condições torna-se possível e necessária a passagem da

8 Aqui deve ficar claro que pelos seus elementos constitutivos a vida cotidiana é a esfera que mais se dispõe à alienação, o que não significa que esta lhe seja inevitável.

9 Dentre elas podemos citar o Trabalho, como esfera primária, a Ética, a Política (o direito e o Estado), a Ciência, a Arte, a Religião etc.

particularidade posta na cotidianidade para a condição de ser genérico dos homens? Segundo Heller, a filósofa húngara que na esteira de Lukács problematizou a vida cotidiana, isso se dá pela via da homogeneização, ou seja, pela superação da heterogeneidade própria da vida cotidiana, por meio de outras esferas pelas quais os homens se objetivam como homem. Diz a referida autora: “concentramos toda nossa atenção sobre uma única questão e suspenderemos qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, empregamos nossa inteira individualidade humana na resolução dessa tarefa. Utilizaremos outra expressão de Lukács: transformamo-nos assim em um “homem inteiramente” (HELLER, 1989: 27).

Tais atividades são desenvolvidas por alguns sujeitos sociais os quais, segundo HELLER, no desencadeamento de sua práxis produtiva, suspendem a particularidade e convertem-se “pela mediação de suas individualidades, em representantes do gênero-humano”(1989: 29). Além da prática produtiva, as esferas da teoria, da ética, da arte e da política (dentre outras) se colocam como mediações privilegiadas.

Segundo LUKÁCS: “a relação do homem com a espécie humana é, desde o início, formada e mediatizada por categorias sociais (como trabalho, linguagem, intercâmbio, etc) dado que, por princípio, não pode ser muda, mas se realiza apenas em relações e vínculos que operam a nível da consciência” (1979: 145). (...) “Assim como a consciência especificamente humana só pode nascer em ligação e como efeito da atividade social dos homens (trabalho e linguagem), também a consciência de pertencer ao gênero se desenvolve a partir da convivência e da cooperação concreta entre eles” (idem).

Para HELLER (1989: 24),

A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas. Estas escolhas podem ser inteiramente indiferentes do ponto de vista moral (por exemplo, uma escolha entre tomar um ônibus cheio ou esperar o próximo); mas também podem estar moralmente motivadas (por exemplo, ceder ou não lugar a uma mulher de idade). Quanto maior é a importância da moralidade, do *compromisso pessoal*, da individualidade e do *risco* (que vão sempre juntos) na *decisão acerca de uma alternativa dada*, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar em decisão cotidiana (grifos meus - YG).

Considera esta autora que as formas privilegiadas que permitem esta transcendência são: o Trabalho, a Ética (como a reflexão crítica sobre a moral), a Ciência, a Arte, a Política. Diz ela: “A homogeneização em direção ao humano-genérico, a completa suspensão do particular-individual, a transformação em ‘homem inteiramente’ é algo totalmente excepcional na maioria dos seres humanos”(...) “A homogeneização em direção ao humano-genérico, só deixa de ser excepcional, um caso, singular, naqueles indivíduos cuja paixão dominante se

orienta para o humano-genérico e, ademais, quando tem a capacidade de realizar tal paixão” (HELLER, 1989 :28)¹⁰.

Neste âmbito, entendemos que o exercício profissional orientado por um projeto profissional que contenha valores universalistas, baseado no humanismo concreto, numa concepção de homem enquanto sujeito autônomo, orientado por uma teoria que vise apreender os fundamentos dos processos sociais e iluminar as finalidades, faculta aos assistentes sociais a consciência de pertencer ao gênero e lhe permite desenvolver *escolhas* capazes de desencadear ações profissionais motivadas por compromissos sócio-cêntricos que transcendam a mera necessidade pessoal e profissional de seus agentes que se hipertrofia na esfera da cotidianeidade. Ao clarificar seus objetivos sociais, realizar escolhas moralmente motivadas, compreender o significado social da profissão no contexto da sociedade capitalista, escolher crítica e adequadamente os meios éticos para o alcance de fins éticos, orientados por um projeto profissional crítico, os assistentes sociais estão aptos *em termos de possibilidade* a realizarem uma intervenção profissional de qualidade, competência e compromisso indiscutíveis.

Nesse entendimento, a construção de projetos profissionais críticos - os quais, segundo Netto, “apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (dentre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)” (Netto, 1999: 95) – passa a ser considerada como *uma exigência da própria sociedade e não apenas de algum grupo ou de um coletivo profissional*. Tal construção não é aleatória, *mas expressa a exigência que a sociedade tem e faz destes profissionais e de como estes se organizam para responder a tais exigências*. Portar um conjunto de valores universalistas, humano-genéricos, orientar-se por uma teoria social crítica e assumir uma postura profissional comprometida com o atendimento das necessidades humanas que tem na vida seu princípio básico, é de fundamental interesse de toda a sociedade. Deste modo, os projetos profissionais devem necessariamente incorporar as necessidades, os valores, anseios universais, referentes à sociedade, representando-os, para o que tem que conhecê-los. Isso reforça a dimensão intelectual do projeto profissional que demanda um profissional que tenha um rigoroso domínio teórico-metodológico e que adote uma postura investigativa visando apanhar as tendências do desenvolvimento histórico. Para tanto, deve pautar-se numa teoria crítica e inclusiva que busque compreender a sociedade capitalista para além da sua aparente naturalidade, suposta liberdade e igualdade formal de condições, como o único e último modo de produção social,

10 Aqui ela cita o exemplo de artistas, cientistas, estadistas, os quais, pela sua atividade básica, encontram-se muito mais afeitos a transcender sua dimensão particular-individual, de modo que me permito incluir as profissões que possuem valores sócio-cêntricos universalistas. Não obstante, há sempre um retorno destes sujeitos à sua cotidianeidade.

mas, ao contrário, que faça a crítica ontológica¹¹ do cotidiano: apreenda sua crise estrutural e possibilidades de sua transformação social do que decorre a necessidade de se *estabelecer uma intervenção consciente e sistemática* nas contradições geradas pelo movimento da realidade pela via das suas mediações.

Aqui se localiza o desafio central para o assistente social que é o de fazer a crítica dos fundamentos da cotidianidade tanto aquela em que ele encontra-se inserido quanto a do cotidiano dos sujeitos sociais a quem presta serviços, o que significa examinar os fundamentos, analisá-los, reconhecê-los, para transcendê-los

A partir destas reflexões, podemos considerar que ao nos referenciarmos por um projeto profissional crítico, que tem uma vinculação com projetos societários progressistas, poderemos estabelecer o limite entre uma prática imediatista, espontânea, intuitiva, manipulatória e aquela que tem uma clara direção sócio-política.

Deste modo, o profissional, ainda que continue atuando sob os mesmos fundamentos capitalistas expressos no cotidiano profissional e no das classes sociais, pode compreender melhor a natureza e o significado de sua prática no contexto das relações sociais, compreensão esta que lhe permite saber quando avançar e quando recuar.

Nesta direção, a escolha compromissada dos aportes teóricos e do método, como uma relação necessária e constituinte entre sujeito e objeto do conhecimento, é um passo indispensável ao profissional. Este deve permitir ir além da imediaticidade que é própria do cotidiano.

Neste entendimento, é o próprio processo de construção do conhecimento que por aproximações sucessivas, apreende a essência, posto que, a *imediaticidade* não designa “uma atitude psicológica cujo oposto, ou cujo desenvolvimento, seria a consciência; designa, pelo contrário *um certo nível de recepção do conteúdo do mundo exterior* independentemente da circunstância de que essa recepção ocorra com maior ou menor consciência” (LUKÁCS, in: Coutinho, 1972:25).

O que se quer afirmar é que se faz necessário ao profissional resgatar o caráter social da imediaticidade. Diz LUKÁCS: “Em toda sociedade ricamente articulada, ela (a imediaticidade – YG) é tão somente o modo pelo qual aparecem mediações largamente absorvidas, as quais o pensamento e a análise devem descobrir na realidade superando assim a imediaticidade no plano conceitual” (1968:97). Isto porque, ainda que intervindo no âmbito do empírico, buscando compreender a faticidade do mundo, tendo consciência ou não, a intervenção profissional é atravessada por um conjunto de mediações de naturezas diversas.

Dentre os elementos a serem considerados em uma intervenção de qualidade temos as respostas às demandas do cotidiano. Para tanto, os assistentes sociais acionam um nível do conhecimento que é básico e elementar, dada à necessidade de respostas instrumentais como exigência própria do cotidiano. Isso significa que a atitude do cotidiano é essencialmente pragmática, mas também o é o pensamento cotidiano. Ali, o conhecimento limita-se ao aspecto relativo da atividade. Ele é circunscrito à própria atividade instrumental. O conhecimento do cotidiano não

11 Ou como se refere Netto (1987:85): “a análise crítico-dialética da cotidianidade”

supera a mera aparência, a mera imediatividade. Diz NETTO que a vida cotidiana “requisita dos indivíduos respostas funcionais as situações que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes — o que conta não é a reprodução veraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém, o *desfecho em si*” (1987:67 – grifos meus).

Não obstante a estas características, o cotidiano só pode ser enfrentado pela apreensão das mediações objetivas e subjetivas (tais como valores éticos, morais e civilizatórios, princípios e referências teóricas, práticas e políticas) que se colocam na realidade da intervenção profissional.

Tais mediações, em geral, interferem com maior ou menor incidência sobre o profissional que vai responder a elas articulando sua razão a sua vontade. Neste âmbito, se enfrentam as condições objetivas do contexto institucional e as condições subjetivas dos profissionais (seus valores, princípios, posturas, referencial, experiências): quanto mais aproximada for sua leitura da realidade, quanto maior for seu domínio pelo referencial heurístico crítico-dialético, quanto maior clareza tiver sobre as finalidades/objetivos das ações e tanto mais a sua escolha for consciente e puder elevá-lo acima da cotidianidade maiores são as possibilidades de o profissional se vincular à esfera humano-genérica.

Assim, no âmbito das instituições, a presença de um projeto profissional crítico permite aproximar o profissional das mediações que se constituem ontologicamente no modo de ser, na legalidade tendencial dos processos sociais ali presentes, do que decorre a apreensão das instituições como *campo de mediações* que particulariza o movimento da legalidade social no cotidiano profissional, para o que é necessário que se capte a maneira como se expressam neste cotidiano as determinações mais amplas da vida social¹², a lógica mercadológica, a alienação e reificação das relações sociais, a exploração e os antagonismos de interesses do capital e do trabalho. Somente a percepção deste movimento permite que o profissional apreenda suas demandas profissionais, já que elas se constituem como expressão do antagonismo de interesses das classes sociais e, como tal, gestadas na e pela contradição. A resultante é a percepção da possibilidade de reconstrução da demanda institucional agora enriquecida de um conjunto de mediações (Cf. PONTES, 2003). Aqui, as demandas que chegam ao profissional, oriundas das necessidades *imediatas e heterogêneas* das classes sociais, gestadas na vida cotidiana destas, são *apenas* “requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes”, de modo que sua identificação “não encerra o desvelamento das necessidades reais que as determinam” (AMARAL E MOTA, 1998:25).

Assim consideradas as demandas institucionais que se põem na imediatividade do cotidiano da organização contratante e se escondem na sua aparente imediatividade e heterogeneidade, cujo atendimento é parte constitutiva dos objetivos e da missão da instituição contemplada nos seus regulamentos, são

12 Em outras palavras, identificar o modo como as determinações mais universais do modo de produção capitalista (exploração, contradição, luta de classe) se expressam no cotidiano da instituição, na sua dinâmica, na sua hierarquia, nos fluxos institucionais, nas relações de poder).

apenas expressão de necessidades sócio-históricas gestadas no confronto entre capital e trabalho, donde a possibilidade de sua reconstrução em prol de objetivos sociais mais amplos mediados por valores universais que visam a uma sociedade na qual a riqueza socialmente produzida possa ser apropriada coletivamente.

Como um rico sistema de mediações, o espaço institucional, muitas vezes apreendido apenas na imediatez do cotidiano, põe demandas individualizadas que só fazem sentido ao serem analisadas na sua articulação com outras, como expressão de determinações universais, ou seja, 1. da sociedade mais ampla, 2. do modo de produção, 3. das relações sociais, 4. do projeto neoliberal, 5. das reformas pelas quais o Estado passa no intuito de desmontá-lo, dentre outras. Aqui a razão nega e supera a imediatez ao enfrentar e conceber a instituição como um *campo de mediações* no qual articulam-se sistemas de mediação, que tornam possível estabelecer idealmente os vínculos, passagens e conversões histórico-ontológicas, já que elas existem efetivamente na realidade objetiva. O que daí resulta é a possibilidade de o assistente social perceber que as situações singulares só se explicam a partir das referências à totalidade social que é a sociedade burguesa e a partir de suas determinações, as quais se particularizam nas situações singulares que ele vivencia no contexto institucional e que são trazidas pelos sujeitos profissionais. Para desvendar a realidade institucional um conjunto de saberes de diferentes graus devem ser acionados, saberes sobre: 1. os fundamentos da ordem social, 2. as formações sócio-históricas dos países e regiões, 3. a conjuntura econômico-social atual, 4. o contexto institucional, 5. as relações de poder presentes, 6. os interesses em disputas, as forças sociais que estes interesses representam, 7. o que se quer atingir (objetivos e metas a curto, médio e longo prazo), 8. os instrumentos que permitem o alcance dos objetivos, 9. as táticas e estratégias a serem utilizadas, o quando e o onde, dentre outros. Assim, cabe ao assistente social fundamentar-se em saberes explicativos e em saberes interventivos.

Este conjunto de complexos apreendidos pelo esforço da razão na superação da imediatez, possibilita ao profissional uma visão mais clara, ampla e profunda da realidade social a partir e sobre a qual incide a intervenção profissional do assistente social.

O movimento no qual o conhecimento científico reflete a realidade objetiva culmina, de acordo com suas finalidades concretas, no universal ou no singular, tendo a particularidade como função mediadora.

Para LUKÁCS, o particular não é o termo médio de um silogismo, ele é uma extensão, é um campo de mediação, ele é um traço intermediário para o universal, e, em casos particulares para o singular, ou seja, a particularidade em relação ao singular, representa uma universalidade relativa, e, com relação ao universal, representa uma singularidade relativa. Essa posição relativa é vista, por ele, como um processo. Singular e universal são pólos extremos, são pontos cada vez mais impelidos para o exterior, enquanto a particularidade é o meio mediador. Ao ser entendida como meio mediador, LUKÁCS (1968) está nos alertando para o fato de que a particularidade, como campo de mediação, se gesta no movimento. Aqui não há estática, equilíbrio ou permanência, mas um movimento que gera sempre o seu contrário, uma luta entre os opostos que funda o movimento na realidade. Diz ele:

no "(...) movimento dialético do universal ao particular e vice-versa, devemos observar que o meio mediador (a particularidade) (...) é sim, em certa medida, um inteiro campo de mediações (...)" (LUKÁCS, 1968: 113).

Este procedimento permite ao assistente social perceber a realidade como totalidade, de modo a perseguir suas mediações, apanhar as contradições do real não como vício do pensamento, mas como possibilidades inerentes à própria realidade pelas quais o profissional poderá fazer a leitura da realidade e em tais contradições captar as possibilidades de intervenção e as perspectivas de seu enfrentamento. Essa forma de captar a realidade se reflete na apreensão das diversas e diferentes seqüelas da "questão social" que se expressam através de carências: trabalho, moradia, saúde, leitos hospitalares, vagas em escolas, creches, etc. E este assistente social capta os objetos de intervenção que colhe na realidade como unidade de diversos (síntese de determinações macroscópicas de natureza econômica, histórica, política, cultural, social, moral, e de determinações microscópicas referente a subjetividades dos sujeitos envolvidos). Com isso, percebe os objetos não como algo em si, como se pudessem ser explicados por cada uma destas determinações isoladas e autonomizadas da totalidade, nem em si e por si mesmos, mas os interpreta e os compreende pelas conexões que se estabelecem uns com os outros e, como tal, plenos de mediações. Assim, o profissional que se orienta por *projetos de ruptura* com práticas tradicionais e/ou conservadoras responde a estes objetos atendendo demandas imediatas, mas buscando suas mediações no sentido de não reduzir as demandas profissionais às necessidades das agências / instituições que contratam o profissional. Sua prática profissional passa a se diferenciar da prática de leigos, posto que não se reduz a atividades burocrático-administrativas, já que o projeto lhe permite ter clareza da sua intencionalidade, decifrando o significado das demandas, captando a necessidade que subjaz a elas. Para tanto, é fundamental a adoção de uma determinada postura que seja crítico-investigativa. Esta postura permite qualificar o exercício profissional já que incorpora a dimensão da mudança. Permite o avanço da profissão no sentido de apontar tendências, antecipar-se, reconstituir objetos de intervenção, apreender demandas emergentes. É através dela que se pode produzir conhecimentos voltados para os interesses dos setores populares (seu modo de vida e formas de resistência) visando atuar na sua organização e mobilização. Sem dúvida que a criação de alternativas passa exatamente pela pesquisa da realidade. Esta tende a explicitar a diferença entre ações voltadas unicamente para o imediato e aquelas que, pela via das mediações, são capazes de compreender o contexto institucional e, por isso, estabelecer novas possibilidades, *projetar* novas ações.

Um projeto profissional que faz a crítica ao cotidiano tem uma dimensão que se refere à operacionalização. Ele propõe um conjunto de referências prático-instrumentais, de modo que os seus portadores tendem a uma prática de novo tipo. Ele traz no seu interior uma determinada forma de conceber as funções do Estado e o papel das políticas sociais, como a mediação necessária para impor limites ao processo de mercantilização da vida social, normatiza as formas de estabelecer relações com o usuário dos serviços e das políticas sociais, de viabilizar direitos, de organizar e mobilizar a participação dos indivíduos, grupos e populações na vida das instituições, no planejamento e nas decisões institucionais, bem como a

participação dos sujeitos sociais, comunidades e organizações na reivindicação e defesa de seus direitos. *Não obstante, toma o cuidado em não responsabilizá-los pela situação na qual se encontram.* O resultado desta postura permite que o assistente social estabeleça uma determinada relação com o Estado, cobrando sua intervenção direta, sistemática e contínua nas expressões da “questão social”, via políticas sociais públicas, consideradas como direito de cidadania, já que conquista dos trabalhadores. Aqui se faz claro o posicionamento a favor das políticas públicas e contra todas as formas de clientelismo, populismo, contra a idéia de ajuda, benesse, favor, privilégios e favoritismos, bem ao gosto dos Estados Assistenciais que se formaram em grande parte dos países latino americanos, enquanto uma tendência reatualizada pelo projeto neoliberal.

Se é verdade que a opção por determinados valores elimina outros, ao eleger a emancipação, a democratização econômica e social, a defesa das políticas públicas, o assistente social está se posicionando contra as diversas formas de dominação e de preconceito: de classe, raça, credo, etnia, gênero, religião, opção sexual, contra o autoritarismo, contra a concentração de renda, a exploração do trabalho pelo capital que se expressa de variadas maneiras, a privatização da vida social, a mercantilização da força de trabalho e das formas de sociabilidade, as diversas formas de violência entendidas como a utilização tanto da força física quanto do constrangimento psíquico, muitas vezes formas utilizadas nas intervenções profissionais e pelas instituições as quais, na sociedade burguesa, são destinadas a controlar comportamentos e moldar subjetividades. Este posicionamento coloca o assistente social, como sujeito coletivo, em confronto com o projeto neoliberal cuja direção vai ao encontro dos interesses de acumulação, valorização, concentração e centralização do capital.

Pela mediação de valores coletivos e universais, da leitura teórica sobre o significado dos mesmos, apreendidos pela crítica dos valores individualistas da ideologia burguesa, bem como do conhecimento crítico que apanhe a totalidade da vida social, incorporando sua relação direta com o usuário e com a instituição, o assistente social não se exime da prática da denúncia, nem da transmissão de informações que sejam de interesse de ambos. Cabe notar que nesta relação figuram interesses muitas vezes antagônicos, posto que, de um lado, para a instituição cabe lançar mão de meios que visem à reprodução social, a eliminação dos conflitos e o controle da sociedade. Para os usuários, a necessidade de sobrevivência muitas vezes impede-os de reagir/resistir às práticas de controle (profissional e/ou institucional), mais ainda de exercer a sua cidadania (ainda que seja a limitada cidadania burguesa, a qual considera cidadão aquele que encontra-se inserido no mercado formal ou informal de trabalho e de consumo). Na verdade, tendo ou não consciência, o profissional tem que lutar para romper com a relação de exploração na qual, como trabalhador, encontra-se submetido. Isso remete também a uma revisão crítica dos resultados das ações, visando à qualidade na prestação de serviços, para o que se exige um sujeito profissional que se qualifique permanentemente.

Os valores éticos assumidos com a adoção de um projeto profissional constituem-se na mediação fundamental entre competência e compromisso.

3. Projeto Profissional Crítico e Competência

É importante considerar que os projetos profissionais por mais que possam representar de maneira mais próxima, adequada e complexa as condições reais de inserção profissional na divisão do trabalho, o mercado de trabalho profissional na atualidade e a cultura historicamente construída pela profissão eles ocupam o âmbito da projeção. Trata-se de uma antecipação ideal, de modo que se circunscreve ao espaço da possibilidade.

Um projeto profissional constitui-se como um guia para a ação, posto que estabelece finalidades ou resultados ideais para o exercício profissional e as formas de concretizá-lo. Seu âmbito é o da sistematização em nível da consciência que se tem dos processos e práticas sociais, das finalidades propostas e dos meios para a sua realização. Para isso, faz-se necessária uma problematização crítica sobre as tendências e perspectivas teóricas, metodológicas, éticas, políticas, operativas existentes no interior da profissão.

Assim, um projeto com dimensões críticas, ao tratar da ética engendra uma reflexão sobre a moral dominante¹³ e permite questionar os preconceitos, as verdades estereotipadas, o senso comum, as superstições que impregnam determinados fatos ou processos sociais reais. Portanto, ao se referenciar por um aporte teórico-metodológico crítico o projeto profissional oferece uma *análise concreta das situações concretas*.

Qual o potencial contido na adoção de um projeto profissional crítico para o Serviço Social?

Por se deter ao âmbito da projeção, os projetos profissionais requisitam o conhecimento da realidade, o conhecimento dos meios e modos de sua utilização, o conhecimento da prática acumulada, em forma de teoria, e contribui para o estabelecimento das finalidades ou a antecipação dos resultados objetivos que se pretende atingir. Mas também indicam ações profissionais adequadas, ao esclarecer os objetivos, as possibilidades e as forças sociais participantes, portanto, detém a possibilidade de permitir que o assistente social apreenda os fundamentos da sua intervenção profissional e que busque, conscientemente, os meios para alterar as circunstâncias que põem obstáculos à intervenção profissional.

Como uma atividade da consciência a formulação/apropriação dos projetos profissionais exige um ser consciente. Mas, como nos diz Lukács, “a consciência tem um real poder no plano do ser” (LÚCKÁCS, 1978 :3)¹⁴.

A atividade teórica, segundo VÁZQUEZ (1990), transforma idéias sobre o mundo, a concepção do mundo, da sociedade, mas não o mundo propriamente dito, para isso são necessárias as mediações do sujeito – “(...) trabalho de educação das

13 É importante ressaltar, como o faz Barroco, o papel da moral enquanto “instrumento de controle político-ideológico voltado à coesão” (Barroco, 2001:90).

14 Diz Lukács (1978:3) “a consciência reflete a realidade e, sobre esta base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la (...)”

consciências, *de organização dos meios materiais e planos de ação* – tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas” 1990:207) (...) “Nesse sentido teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação” (idem).

Nesta assertiva de VÁZQUEZ (idem) encontramos os elementos de que nos valem para considerar a formulação do projeto profissional uma etapa necessária para a realização da intencionalidade dos sujeitos profissionais, a qual, tanto possibilita a unidade entre teoria e prática quanto é expressão da síntese desta. Esta relação, como unidade de elementos diversos fundamentais à superação da ordem burguesa, foi ideologicamente fragmentada pela racionalidade instrumental.

Se a construção de projetos é uma atividade subjetiva, que se refere aos sujeitos, não se trata de sujeitos individuais. No âmbito profissional um projeto é sempre produto da luta e da correlação de forças de sujeitos coletivos que representam tanto interesses particulares quanto universais.

O projeto profissional é um elemento de unidade entre teoria e prática. Sem esse elemento, ainda que nem sempre percebido pela consciência do profissional, *a atuação na realidade carece de uma unidade*, de elementos que possam homogeneizar determinadas elementos da cultura profissionais e determinadas posturas profissionais conscientemente adotadas diferenciando-as de ações sociais, voluntárias ou não. Ele é um elemento necessário, ainda que insuficiente, para que uma atividade se converta em práxis.

Neste sentido, segundo COUTINHO (1996:149),

a especificidade do ser social reside no fato de que, ao contrário da natureza, onde existe apenas causalidade, surge com o ser social (...) uma peculiar e única articulação entre causalidade e teleologia, entre determinismo e liberdade. A esfera social (...) só pode ser corretamente conceptualizada na medida em que se levem em conta, simultaneamente, a ação criadora da práxis humana, *formuladora e implementadora de projetos*, por um lado, e, por outro, a presença de determinações causais, tanto as postas pela natureza externa e interna ao homem quanto as repostas pelos resultados da própria ação teleológica.

Por isso, tal projeto, que tem seu âmbito de ação limitado à sua natureza (de se constituir em possibilidade) ainda que permita antecipar resultados, dado que contempla uma dimensão prospectiva, não oferece garantia de que os resultados esperados serão realizados efetivamente. Isto porque os profissionais atuam em circunstâncias sociais e determinações causais historicamente dadas, nem sempre escolhidas e/ou apreendidas por eles, nestas circunstâncias operam a intencionalidade/subjetividade de outros sujeitos interatuantes. Tais circunstâncias objetivas e subjetivas estabelecem determinada configuração à intervenção profissional, indicando seus limites e possibilidades. A razão pela qual os projetos não se plasam imediatamente na realidade é relativa ao fato de que entre a

projeção e a realidade um conjunto de mediações se colocam, dentre elas o acaso. LUKÁCS (1978) fala da importância em se considerar o papel do acaso, das contingências, do inesperado nas ações dos sujeitos sociais e nos resultados que delas se espera.

Se isso é verdade, na análise das possibilidades do projeto profissional crítico deve-se considerar que, como indica NETTO (1998: XXXVI) “a existência concreta e objetiva de uma possibilidade não equivale, necessariamente, à sua conversão em efetividade; a passagem de uma possibilidade à efetividade demanda a complexa intervenção da atividade organizada dos homens”¹⁵.

Tais reflexões nos levam a inferir que um projeto profissional permite que se postule um conjunto de intenções, que as tome abstratamente pela via da reflexão teórica, que se problematize suas possibilidades reais, mas não permite passar para o âmbito da sua realização imediata. Deste modo, não se transforma a realidade apenas pela atividade do pensamento, pela formulação de um projeto profissional, pela tomada de consciência sobre os princípios, objetivos e estratégias. Não obstante, não se prescinde da atividade do pensamento, da projeção das finalidades, do planejamento das ações e da formulação das estratégias na transformação da realidade.

Conforme Lukács afirma, acerca da atividade da consciência, a projeção realizada pelo projeto deve nos permitir, “retornar – ainda que freqüentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular e singular” (1968:88).

A partir deste procedimento metodológico aqueles assistentes sociais que atuam segundo um projeto profissional crítico tem muito mais possibilidades de alcançar a clareza de seus compromissos éticos e políticos, posto que o projeto possui uma dimensão crítico-reflexiva. Este se pauta em um conjunto de valores e numa direção estratégica, o que lhe faculta a condição de meio para os profissionais refletirem sobre seus valores, sobre suas decisões e as implicações das ações e posturas profissionais adotadas. Isso permite-lhes escolher com responsabilidade suas estratégias e táticas, sabendo que o que fazem encontra-se dentro de limites dados pela sua condição de trabalhador assalariado. Ao mesmo tempo não permite que tais condições cerceiem sua autonomia relativa dada pela sua condição de sujeito de razão e de vontade e, portanto, como sujeito ético¹⁶. Com essa concepção cai por terra a suposta *neutralidade*, bandeira do Serviço Social tradicional¹⁷.

15 Ao se referir ao Manifesto do Partido Comunista Netto observa que este “elaborou teoricamente esta possibilidade [de intervenção social] – entretanto, esta elaboração não pode ser concebida como uma decorrência imediata dos processos concretos e objetivos (históricos) que vinham se operando desde os anos vinte. Antes, o Manifesto, constituiu a resposta teoricamente elaborada que dava conta daqueles processos e, ao fazê-lo, transcendeu-os” (NETTO, 1998: XXXVI).

16 Estamos considerando o sujeito ético aquele que define sua própria norma, ou seja, o sujeito autônomo, ainda que dentro de limites históricos e sociais (Cf. CHAUI, 1994:338 e ss).

17 Definido por NETTO como: “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada ‘por uma ética liberal-burguesa’ e cuja teleologia ‘consiste na correção desde um ponto de vista claramente funcionalista –dos resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado

Ora, a dimensão política da profissão se realiza à medida que o profissional assume conscientemente seus compromissos sócio-políticos. Os aspectos indicativos do atual e hegemônico projeto profissional manifestam os princípios e compromissos assumidos pela profissão com a sociedade em determinados momentos. Constitui-se na resposta política que a profissão formulou para o enfrentamento das condições particulares ao capitalismo monopolista tardio.

Com isso, a meu ver, estão contempladas as possibilidades de um projeto profissional permitir aos sujeitos realizarem esta dialética no contexto do cotidiano profissional de modo que, pelos aportes teórico-metodológicos críticos que contém, faculta o conhecimento da correlação de forças sociais e o entendimento de que somente no enfrentamento da falta de recursos institucionais, do desmonte das políticas públicas, da satanização do Estado, dos baixos salários, da falta de reconhecimento profissional, é que seu trabalho se realiza e, mais do que isso, nesta contradição reside suas possibilidades de criar as estratégias de intervenção sócio-política e profissional.

Decorre daí um profissional atento e comprometido com a qualidade dos serviços prestados e com sua articulação com outros profissionais e trabalhadores. Os valores e princípios do atual projeto profissional remetem a um novo modo de operar na profissão o que pressupõe a crítica sobre as condições e relações do seu exercício profissional. Assim, fica claro ao profissional que não basta se indignar contra a moral burguesa, não basta o senso moral, é necessário que se desenvolva a consciência moral, que se aproprie da ética como reflexão crítica sobre a moral¹⁸ para se estabelecer quais as escolhas e ações táticas e estratégicas que nos permitam organizar ações e sujeitos históricos para intervirem no processo de democratização da sociedade, visando a uma sociedade mais justa e equitativa, o que passa pela defesa da vida humana.

O que está sendo dito é que somente de posse de um projeto crítico é que o profissional percebe que as possibilidades não estão na profissão ou no conhecimento, mas na realidade, e que, não obstante a isso, uma intervenção profissional tecnicamente competente carece do conhecimento mais aproximativo possível da realidade e das tendências do desenvolvimento histórico. O projeto, por sua vez, contém elementos que permitem estabelecer as devidas mediações entre uma intervenção imediata no cotidiano e determinados fins, interesses e projetos de classe.

No projeto, “a consciência que reflete a realidade” (...) e, por isso “(...) tem um real poder no plano do ser (...)” (LUKÁCS, 1978:3). Neste processo de passagem da teleologia à causalidade posta: na posição dos fins e na busca dos meios, verifica-se a importância da categoria “alternativa”. Pôr um fim significa

factual' ineliminável” (1991: 117-118). É importante desvelar o espectro de neutralidade que reveste a prática tradicional e sua funcionalidade à manutenção da ordem social.

18 Diz Netto: “Pode-se, pois, distinguir, moral de ética. A primeira é um sistema mutável, historicamente determinado, de costumes e imperativos que propiciam a vinculação de cada indivíduo, tomado na sua singularidade, com a essência humana historicamente constituída, com o ser social tomado na sua universalidade. A ética, por seu turno, é a análise dos fundamentos da moral, remetendo compulsoriamente à reflexão filosófica ou metafilosófica” (Netto, 1996:23)

escolher entre alternativas “dentre as muitas de fato possíveis em cada situação concreta, transformando em ato a mera potencialidade” (LESSA, 2002:104).

Escolher entre as alternativas significa avaliar se é adequado ou não um determinado meio para atingir determinado fim e se o fim posto é certo ou errado, ético ou não). Isso requer, igualmente, um conhecimento prévio, mas também, uma avaliação de valor.

Com base neste entendimento, a tão propalada competência, como finalidade da intervenção profissional, tem que ser concebida tal como o faz Rios, fundamentada em PONCE. Para ela, a competência,

“não está estabelecida de uma vez por todas. Não é algo estático, ao qual deva se ajustar o comportamento dos indivíduos, ou um modelo prescrito num Código¹⁹. Ela é construída cotidianamente (Ponce, 1989: 67) e se propõe como um ideal a ser alcançado. Pode-se constatar isto quando procuramos, em qualquer espaço de atuação profissional, fazer o elenco de características ‘definidoras’ da competência, uma espécie de concretização do ‘saber fazer bem’ para cada categoria de profissionais. Descobrimos que se trata de um conjunto de requisitos que não fazem parte, em sua totalidade, do desempenho dos indivíduos. Entretanto, verificamos que podem fazer - e sua possibilidade é verificada na própria realidade. Se existem no real como possibilidade, podem vir a se tornar no futuro, na prática concreta dos profissionais. Assim, vamos nos tornando competentes, realizando o ideal que atende às exigências - históricas, sempre - do contexto em que atuamos” (1993: 75).

Nesta concepção, a competência ultrapassa saberes e conhecimentos, mas não se constitui sem eles. É necessário que haja uma intervenção reflexiva e eficaz, no sentido de articular dinâmicas de conhecimentos, saberes, habilidades, valores e posturas. Mas ela é uma concepção fundamentalmente inclusiva, relacional e determinada social e historicamente. É necessário ao assistente social se perguntar: *Competência para que e para quem?* De modo que ela envolva engajamento e compromisso.

Porém, não se trata de um compromisso com um homem abstrato, nem com valores a-históricos. Por isso há que se realizar a crítica das visões fatalistas do exercício profissional, do messianismo ou da mistificação de que o assistente social “tudo pode desde que bem intencionado” e a tendência anti-capitalista romântica, a qual visando o suposto “Bem Comum” e a “humanização do capital” constituem falsas e nefastas ilusões. A estas acresce-se, no momento, a cultura do possibilismo e o discurso do “direito a ter direitos”.

19 É por isso que os chamados “Códigos de Ética”, são sempre códigos de moral: na medida em que contém prescrições, são normativos. Na medida em que consideramos a ética como instância de reflexão crítica, ela se coloca como indicador de avaliação dos códigos, refletindo e problematizando criticamente seus princípios e fundamentos.

Também não se pode ocultar a existência de vários projetos no interior da profissão, suas diferenças, divergências éticas, sócio-políticas e profissionais., nem mesmo o grau de influência que as diferentes tendências exercem no conjunto da profissão. Cada uma delas indica uma forma de interpretar a natureza e o significado da profissão na divisão social e técnica do trabalho. Aos diferentes projetos profissionais correspondem valores bem como modos de operar que estejam em consonância com eles; a eles correspondem projetos de sociedade que reforçam a *manutenção (conservação) do sistema ou defendem a ruptura com ele*. Também aqui diferem projetos que propõem diferentes modos de manutenção da ordem e/ou diferentes modalidades e níveis de operar a ruptura. Desse modo, não há concepções neutras: a política supõe uma teoria que a embasa. Um projeto profissional crítico necessita de uma teoria revolucionária: “a teoria de Marx, desenvolvida diferencialmente em várias direções, permanece o referencial teórico-crítico que, possibilitando a análise substantiva da ordem burguesa, pode fundar uma nova vontade política socialista” (NETTO, 1996:30). Nesta, são efetivamente as condições do mercado de trabalho que, dadas às contradições que são o móvel básico da realidade, põem os limites e as possibilidades de realização de um projeto crítico e de ruptura²⁰.

O que na realidade vem ocorrendo é que a força do pensamento conservador no interior da profissão vêm considerando os limites próprios de todo projeto, dada a sua natureza projetiva, bem como sua condição de instrumento político de enfrentamento do capitalismo, como limites próprios/ particulares do projeto profissional crítico. Há um debate mascarado que desqualifica tal projeto do ponto de vista da sua não implementação imediata (projetos não se implementam de modo imediato) quanto pela existência de projeto que se confrontam a ele. Neste caso, a crítica recai sobre a hegemonia do atual projeto profissional. Alega-se a existência de contra-tendências à ele, como se hegemonia fosse sinônimo de homogeneidade de pensamentos e valores e pudesse se realizar sem confrontos e disputas. É fato que como mostra NETTO em seu clássico texto sobre o chamado projeto ético-político “(...) a experiência histórica tem demonstrado que, por razões de natureza econômico-social e cultural, mesmo num quadro de democracia política os projetos societários que atendem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes possuidoras e politicamente dominantes”. (1999:94). Ora, é também inegável que apesar do recorrente confronto das vertentes conservadoras, a tendência que propõe a ruptura com o conservadorismo na profissão tem dado a direção da formação profissional, do debate sobre as atribuições e competências, do debate teórico como um todo, das pesquisas mais fecundas sobre as transformações do capitalismo contemporâneo, tem oferecido o referencial mais

20 Considerando a afirmação de NETTO (1999): “Exceto se quiser se esterilizar no messianismo, cuja antítese é o fatalismo, mesmo um projeto profissional questionador e avançado deve levar em conta tais limites, cujas balizas mais evidentes se expressam nas condições institucionais do mercado de trabalho” (:97).

adequado a uma análise e intervenção rigorosas na realidade social e tem permitido os posicionamentos mais críticos das entidade da categoria profissional.

4. Para além da imediaticidade: a fecundidade do Projeto Profissional Critico

Um projeto profissional pela sua natureza (*projetare*, lançar adiante, construir no futuro) como um conjunto de intenções a serem realizadas no futuro, não proporciona resultados imediatamente auferíveis, não se converte no âmbito do imediato. Entre as intenções e a sua realização há um conjunto de mediações que devem ser apropriadas pelo pensamento e mobilizadas no cotidiano, na intervenção profissional. Não obstante, é o referencial teórico adotado no projeto que permite fazer a critica em nível do imediato e estabelecer alternativas para transcendê-lo. Neste âmbito, o projeto profissional hegemônico, pela sua perspectiva critica, constitui-se num instrumento, o único capaz de permitir aos assistentes sociais uma antevisão da demanda, a captação de processos emergentes e das tendências históricas que se configuram e requisitam uma intervenção profissional a curto, médio e longo prazos, o significado social e político da profissão e da intervenção que desenvolve. Esta capacidade de captar tendências e de se preparar técnica e intelectualmente para respondê-las, é o diferencial que se estabelece entre os profissionais na conjuntura atual.

Se é verdade que os fundamentos sócio-históricos de um projeto profissional são postos pela realidade social, sua construção tem raízes na vida social. Os projetos profissionais progressistas são legatários da matriz crítica que se gestou no movimento de reconceituação latino-americano, o qual é resultado das forças revolucionárias e democrático-populares em ascensão nos anos 60. Tais projetos profissionais progressistas portam e respondem aos anseios de setores e forças progressistas da sociedade. Com base nas necessidades e anseios destes setores, a profissão recolhe valores, princípios, objetivos e estratégias que se dirigem a uma sociedade mais justa, democrática, equânime, o que é implausível no âmbito da barbárie capitalista.

E “num ordenamento social com regras democráticas, uma profissão é sempre um campo de lutas que os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação ídeo-política existente na sociedade, procuram elaborar uma *direção social estratégica* para sua profissão” (NETTO, 1996:116 - grifos do autor).

Esperamos ter demonstrado que não há nem pode haver apenas um projeto profissional no interior da profissão. Mas também que há aqueles que mais ou menos se identificam com e portam as demandas e interesses das classes trabalhadoras e subalternas e, por isso, tendem a exercer hegemonia no conjunto da categoria profissional. Por isso considera-se que: “(...) a afirmação de um projeto profissional deve dar-se com nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da profissão mesma, cabendo o máximo respeito a ele, respeito, aliás, que é um princípio democrático (...) Mas o respeito ao pluralismo, que não pode ser confundido com o ecletismo e com o liberalismo, não impede a luta de idéias”. (NETTO, 1999:96). Ao contrário, as supõe.

Neste sentido, o projeto profissional tem que oferecer respostas concretas, mas não quaisquer respostas e sim as respostas de cunho democrático que vise a democratização da vida social, do poder político e econômico e indicar os meios de realiza-las.

De posse de um projeto que nos clarifica os objetivos profissionais e os valores, que contenha o referencial teórico-metodológico que nos permita fazer a crítica ontológica do cotidiano, da ordem burguesa e dos fundamentos conservadores que persistem na profissão, que lance luzes sobre nossas possibilidades de escolhas e nos oriente para uma determinada direção social (resultado de teleologias que se confrontam) estamos aptos a desenvolver novas competências no âmbito do mercado de trabalho, ocupando novos e tradicionais espaços profissionais no interior do Estado, das empresas privadas, das organizações não governamentais, dos movimentos sociais, questionando critérios de elegibilidade que são focalistas, que tratam direitos como privilégios, ampliando o quanto possível estes critérios, visando a sua universalização, qualificando e ou redirecionando os programas focais para o atendimento de demandas dos usuários, democratizando o acesso pela via da informação, sendo esta, a meu ver, um dos maiores instrumentos do qual o assistente social dispõe para fortalecer sujeitos coletivos, pesquisando e conhecendo os sujeitos que demandam as ações profissionais, seus modos de vida e formas de resistência, estabelecendo alianças programáticas com eles, conquistando legitimidade por parte dos sujeitos que se utilizam dos serviços que executamos e/ou planejamos, estabelecendo compromisso com as denúncias e efetivando o trabalho de organização popular. A nosso juízo, só assim é possível falar em competência profissional.

Bibliografia

BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

BORGIANNI, E., GUERRA Y. e MONTAÑO C. (orgs.). *Servicio Social Crítico*. São Paulo: Cortez, 2003.

CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

_____. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996.

DE TOMMASO, A. *Mediación y Trabajo Social*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 1997.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez , 1999.

_____. A força histórico-ontológica e crítico analítica dos fundamentos. **Revista Praia Vermelha: Estudos e Política e Teoria Social**, n. 10. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 12-45, 2004.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

- HELLER, A. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LUKÁCS, G. O particular à luz do materialismo histórico; in *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 73 - 122, 1968.
- _____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Revista Temas de Ciências Humanas**, n. 4, São Paulo: Ciências Humanas Ltda, p. 1-18, 1978.
- _____. *Ontologia do Ser Social*. Os Princípios Ontológicos de Marx. Trad. Carlos N. Coutinho, São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- PONTES, R. Mediación: categoría fundamental para el trabajo del asistente social; In: Borgianni, Guerra e Montaña (orgs.). *Servicio Social Crítico*. São Paulo: Cortez, p. 201-220, 2003.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NETTO, J. P. Prólogo ao Manifesto do Partido Comunista, In: Marx e Engels. *Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo: Cortez, p. IX – LXXVI, 1998.
- _____. Ética e Crise dos Projetos de transformação social. In: *Serviço Social e Ética: Convite à uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, p. 21-30, 1996.
- _____. A crítica conservadora à reconceptualização. **Revista Serviço Social e Sociedade**, 5, Ano II. São Paulo: Cortez, p. 59 – 75, 1981.
- _____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo I: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, p. 92-110, 1999.
- _____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. Razão, ontologia e práxis. **Revista Serviço Social e Sociedade**. N 44, Ano XV. São Paulo: Cortez, p. 26-42, 1994.
- _____. Para a crítica da vida cotidiana. In: *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, p. 64-90, 1987.
- RIOS, T. A. Competência e utopia: Prática profissional e projeto. In: *Ética e Competência*. São Paulo: Cortez, p. 69-80, 1993.
- SUARES, M. *Mediación, conducción de disputas y técnicas*. Buenos Aires, Piados, 1996
- VAZQUEZ, A. *Filosofia da Práxis*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

